



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ornário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Elío Rusch.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Elío Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço. (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (22). Achando-se em licença a Senhora Deputada Emilia Belinati (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Curitiba, 9 de agosto de 1994.

Ofício nº 635/94-K

Senhor Presidente.

Dirijo-me a V. Exa. para encaminhar à consideração e aprovação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do

Paraná), e dá outras providências, objetivando a criação de mais varas e novas Comarcas no interior do Estado, de modo a atender, na medida do possível, o enorme atraso existente entre as necessidades e a capacidade da estrutura judiciária, que há vários anos permanece estática no que toca à implantação de novos órgãos de prestação jurisdicional.

De acordo com levantamento procedido pela Corregedoria Geral da Justiça, a morosidade processual provocada pelo número desproporcional de processos aforados, em relação ao de juízes disponíveis, está levando as populações interioranas a descreditar do funcionamento da Justiça, quer cível como criminal, esta em virtude do elevado percentual de prescrições, que levam à impunidade dos delinquentes.

Certo da compreensão de V. Exa. e de seus ilustres pares para o problema e a solução preconizada, renovo-lhe as expressões de meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 10.08.94

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
 Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a Lei nº 7.297, de 08 de Janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências.

Art. 1º - Os arts. 209, incisos II e III, 211, 237, 238, 243, 245, 247, 248, 254, 255, 256, 259, 261, 262 e 270 da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 209 - ...

I - ...

II - De entrância intermediária: 1 a 51.

52) Colorado; 53) Guaratuba; 54) Palotina; 55) Porecatu;

III - De entrância inicial: 1 a 91.

92) Cantagalo; 93) Iretama; 94) Roncador; 95) Sarandi.

Art. 210 - ...

1ª a 16ª - ...

17ª - Comarca de Londrina; 1ª, 3ª, 5ª, 7ª e 9ª Cíveis e 1ª e 2ª de Família;

18ª - Comarca de Londrina; 2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10ª Cíveis e Juizado de Pequenas Causas;

19ª - Comarca de Londrina; Criminais, da 1ª a 5ª e da Infância e Juventude;

20ª a 23ª - ...

24ª - Comarca de Cascavel; Cíveis, da 1ª a 3ª, Família e Pequenas Causas;

25ª e 29ª - ...

30.^a - Comarca de Foz do Iguaçu: Cíveis, da 1.^a a 3.^a, Família e Pequenas Causas;
 31.^a a 43.^a - ...
 44.^a - Comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu, Quedas do Iguaçu e Cantagalo;
 45.^a a 55.^a - ...
 56.^a - Comarcas de Nova Esperança, Mandaguáçu, Marialva, Paranacity e Sarandi;
 57.^a a 61.^a - ...
 62.^a - Comarca de Cascavel, Criminais, 1.^a a 4.^a e Infância e Juventude;
 63.^a - Comarca de Foz do Iguaçu; Criminais, 1.^a a 3.^a e Infância e Juventude;
 64.^a - Comarcas de Guaratuba, Antonina e Morretes;
 65.^a - Comarcas de Goioerê, Ubiratã e Campina da Lagoa;
 66.^a - Comarcas de Pitanga, Palmital, Cândido de Abreu, Roncador e Iretama;
 67.^a - Comarcas de Palmas, Clevelândia e Mangueirinha.

Art. 211 - ...

1 a 19 - ...

20 - Campo Mourão: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol, Piquiri-Ivaí, Luisiana (Município de Campo Mourão); Janiópolis e Arapuan (Município de Janiópolis);

21 a 48 - ...

49 - Guarapuava: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Campina do Simão, Paz, Carro Quebrado, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guarã e Jordão (Município de Guarapuava) e Turvo (Município do mesmo nome);

50 a 70 - ...

71 - Marialva: compreendendo a sede e os distritos Judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva) e Itambé (Município do mesmo nome);

72 a 148 - ...

149 - Cantagalo: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquinho, Pinhalzinho e Goioxim;

150 - Iretama: compreendendo o Distrito da sede;

151 - Roncador: compreendendo o Distrito da sede;

152 - Sarandi: compreendendo o Distrito da sede;

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das Comarcas de:

I - Londrina: dezoito (18) Juizes de Direito;

II - Maringá: treze (13) Juizes de Direito;

III - Ponta Grossa: nove (9) Juizes de Direito;

IV - Foz do Iguaçu: oito (8) Juizes

de Direito;

V - Cascavel: nove (9) Juizes de Direito;

VI - Apucarana, Campo Mourão, Guarapuava, Paranavaí, São José dos Pinhais e Umuarama: cinco (5) Juizes de Direito;

VII - Francisco Beltrão, Paranaguá e Pato Branco: quatro (4) Juizes de Direito;

VIII - Cambé, Campo Largo, Cianorte, Colombo, Cornélio Procopio, Goioerê, Piraquara, Pitanga, Toledo e União da Vitória: três (3) Juizes de Direito;

IX - Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Capanema, Castro, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Guaratuba, Ibiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Loanda, Marechal Cândido Rondon, Marialva, Medianeira, Palmas, Palotina, Porecatu, Rolândia, Santo Antonio da Platina, Telêmaco Borba e Wenceslau Braz: dois (2) Juizes de Direito.

X - Nas demais Comarcas: um (1) Juiz de Direito.

Parágrafo Único - Na enumeração supra não se acham incluídos os Juizes de Direito Substitutos e os Juizes Substitutos.

CAPÍTULO II

DA COMARCA DE APUCARANA

Art. 238 - Na Comarca de Apucarana a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição;

III - ...

Parágrafo Único - ...

I - No Foro Judicial: ...

a) ...

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania da Indústria e da Juventude;

d) ...

e) ...

f) um (1) Comissário da Infância e da Juventude;

g) cinco (5) cargos de Auxiliar de Cartório.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO VII

DA COMARCA DE CASCAVEL

Art. 243 - Na Comarca de Cascavel a prestação jurisdicional será efetivada por juizes de:

I - ...

II - quatro (4) Varas Criminais, 1.^a a 4.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - uma (1) Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - uma (1) Vara da Infância e da Juventude;

Parágrafo Único - ...

I - No Foro Judicial:

1.ª a) quatro (4) Escrivanias Cíveis, da 3.ª e a de Família e Anexos;

b) quatro (4) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania da Infância e da Juventude;

d) ...

e) ...

f) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e na de Infância e Juventude;

g) dois (2) Comissários da Infância e da Juventude;

h) ...

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO IX

DAS COMARCAS DE CORNÉLIO PROCÓPIO, CAMBÉ, CAMPO LARGO, COLOMBO, GOIOERÊ, PIRAQUARA E PITANGA

Art. 245 - Nas Comarcas de Cornélio Procópio, Cambé, Campo Largo, Colombo, Goioerê, Piraquara e Pitanga, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - uma (1) Vara Cível;

II - uma (1) Vara Criminal;

III - uma (1) Vara de Família, Infância e Juventude, Registros Públicos, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial de Pequenas Causas.

§ 1º - Haverá nas Comarcas de Cornélio Procópio, Cambé, Campo Largo, Colombo, Goioerê, Piraquara e Pitanga com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) dois (2) Auxiliar de Cartório Criminal;

g) um (1) Auxiliar de Cartório da Infância e da Juventude;

h) um (1) Comissário da Infância e da Juventude;

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 2º - Na Comarca de Cornélio Procópio, haverá com atribuições definidas no:

Foro Extrajudicial:

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 1º Ofício do Registro de Imóveis;

d) 2º Ofício do Registro de Imóveis;

e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;

f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XI

DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU

Art. 247 - Na Comarca de Foz do Iguaçu, a prestação da tutela jurisdicional será efetivada, por Juízes de:

I - três (3) Varas Cíveis, 1.ª, 2.ª e 3.ª, por distribuição;

II - três (3) Varas Criminais, 1.ª, 2.ª e 3.ª, por distribuição, cabendo a 1.ª a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - uma (1) Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - uma (1) Vara da Infância e da Juventude;

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) três (3) Escrivanias do Cível;

b) três (3) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania da Família e Anexos;

d) uma (1) Escrivania da Infância e da Juventude;

e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

f) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro dos Auditórios, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

g) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e na da Infância e da Juventude;

h) dois (2) cargos de Comissário da Infância e da Juventude.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XII

DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO

Art. 248 - Na Comarca de Francisco Beltrão a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, Família e Acidentes do Trabalho, 1.^a e 2.^a, por distribuição;

II - duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal de Júri, Registros Públicos, corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado de Pequenas Causas e à 2.^a a Infância e Juventude.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Francisco Beltrão, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) duas (2) Escrivanias cíveis;

b) duas (2) Escrivanias criminais;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;

f) um (01) cargo de Comissário da Infância e da Juventude.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XVIII

DA COMARCA DE LONDRINA

Art. 254 - Na Comarca de Londrina a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - ...

II - ...

III - duas (2) Varas de Família, 1.^a e 2.^a, por distribuição cabendo à 1.^a a matéria referente a Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e à 2.^a de Acidentes do Trabalho;

IV - uma (1) Vara da Infância e da Juventude;

V - uma (1) Vara do Juizado de Pequenas Causas.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Londrina, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) ...

b) ...

c) uma (1) Escrivania de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

d) uma (1) Escrivania de Família e Acidentes do Trabalho;

e) uma (1) Escrivania da Infância e da Juventude;

f) uma (1) Escrivania do Juizado de Pequenas Causas;

g) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

h) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro do Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

i) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e na de Infância e da Juventude;

j) um (1) Auxiliar de Cartório no Juizado Especial de Pequenas Causas;

l) um (1) Auxiliar de Cartório na Diretoria do Fórum;

m) dois (2) Comissários da Infância e da Juventude;

n) três (3) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e um para a Infância e Juventude;

o) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XIX

DA COMARCA DE MARINGÁ

Art. 255 - Na Comarca de Maringá a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - ...

II - ...

III - duas (2) Varas de Família, 1.^a e 2.^a, por distribuição cabendo à 1.^a a matéria referente a Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e Acidentes do Trabalho e à 2.^a o Juizado Especial de Pequenas Causas;

IV - uma (1) Vara da Infância e da Juventude;

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Maringá, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) ...

b) ...

c) uma (1) Escrivania de Família, Registros Públicos, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Acidentes do Trabalho;

d) uma (1) Escrivania de Família e Juizado Especial de Pequenas Causas;

e) uma (1) Escrivania da Infância e da Juventude;

f) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

g) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

h) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e na de Infância e da

Juventude;

i) um (1) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas;

j) dois (2) Comissários da Infância e da Juventude;

l) três (3) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e um para a Vara da Infância e Juventude;

m) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XX

DA COMARCA DE PARANAGUÁ

Art. 256 - Na Comarca de Paranaguá a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição;

II - ...

III - ...

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Paranaguá, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) duas (2) Escrivanias cíveis;

b) ...

CAPÍTULO XIII

DA COMARCA DE PONTA GROSSA

Art. 259 - Na Comarca de Ponta Grossa a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - ...

III - duas (2) Varas de Família, 1.^a e 2.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a a matéria referente a Acidentes de Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e à 2.^a o Juizado Especial de Pequenas Causas;

IV - uma (1) Vara da Infância e da Juventude;

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Ponta Grossa, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) e b) ...

c) uma (1) Escrivania de Família, Acidentes de Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

d) uma (1) Escrivania de Família e Juizado Especial de Pequenas Causas;

e) uma (1) Escrivania da Infância e da Juventude;

f) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

g) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo a ri-

goroso rodízio;

h) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e na de Infância e da Juventude;

i) dois (2) Comissários da Infância e da Juventude;

j) três (3) Assistentes Sociais na Vara da Infância e da Juventude;

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XXV

DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Art. 261 - Na Comarca de São José dos Pinhais a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - ...

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de São José dos Pinhais, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) ...

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) a e) ...

f) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e um (1) Auxiliar de Cartório na Vara da Infância e da Juventude e anexos;

g) um (1) Comissário da Infância e da Juventude.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XXVI

DA COMARCA DE TOLEDO

Art. 262 - Na Comarca de Toledo a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - uma (1) Vara Criminal;

III - uma (1) Vara de Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Toledo, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) duas (2) Escrivanias Cíveis;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) uma (1) Escrivania de Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções

de Porteiro de Auditório, obedecendo a rigoroso rodízio;

f) dois (2) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal e um (1) Auxiliar de Cartório na Vara da Infância e da Juventude;

g) um (1) Comissário da Infância e da Juventude.

II - No Foro Extrajudicial: ...

CAPÍTULO XXXIV

DAS COMARCAS DE PORECATU, COLORADO, GUARATUBA, LOANDA, PALOTINA, SANTO ANTONIO DA PLATINA E WENCESLAU BRAZ

Art. 270 - Na Comarca de Porecatu, Colorado, Guaratuba, Loanda, Palotina, Santo Antonio da Platina e Wenceslau Braz a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - uma (1) Vara Cível, Família e Acidentes do Trabalho;

II - uma (1) Vara Criminal, Infância e Juventude, Registros Públicos, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado de Pequenas Causas.

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de Porecatu, Colorado, Guaratuba, Loanda, Palotina, Santo Antonio da Platina e Wenceslau Braz com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania cível;

b) uma (1) Escrivania criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada vara, sendo que um deles, por designação do Juiz Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) dois (2) Auxiliar de Cartório da Vara Criminal;

f) um (1) Comissário da Infância e da Juventude.

II - No Foro Extrajudicial: ..."

Art. 2º - Ficam criadas as Comarcas de Cantagalo, Iretama, Roncador e Sarandi.

Art. 3º - Aplica-se às Comarcas de Cantagalo, Iretama, Roncador e Sarandi, o disposto no art. 271 da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980.

Art. 4º - Fica criado mais um (1) cargo de Auxiliar de Cartório em todas as Varas Criminais especializadas e não especializadas de entrância intermediária e final, onde existir apenas um (1) cargo desta natureza.

Art. 5º - Fica criado um (1) cargo de

Auxiliar de Cartório nas Varas da Infância e da Juventude anexadas à Vara de Família nas seguintes Comarcas: Campo Mourão, Cianorte, Guarapuava, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Umuarama e União da Vitória.

Art. 6º - Fica criado um (01) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal para as seguintes Comarcas: Santa Isabel do Ivaí, Cerro Azul, Terra Rica, Nova Londrina, Xambrê, Cantagalo, Iretama, Roncador e Sarandi.

Art. 7º - Fica criado um (01) cargo de Agente de Limpeza para as seguintes Comarcas: Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Arapoti, Mangueirinha, Campina Grande do Sul, Nova Londrina, Icaraíma, Terra Boa, Ortigueira, Cantagalo, Iretama, Roncador e Sarandi.

Art. 8º - Fica criado mais um (01) cargo de Agente de Limpeza nas seguintes Comarcas: Pitanga, Colorado, Guaratuba, Palotina e Porecatu.

Art. 9º - As Varas e Escrivanias de Menores passam a ser denominadas de Varas e Escrivanias da Infância e da Juventude.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

1 - A Criação das Varas, Comarcas e cargos constantes deste anteprojeto para as Comarcas do interior do Estado se referem a necessidade mais urgente, diante da constatação feita pela Corregedoria Geral da Justiça e depois de devidamente analisada pela comissão de Organização e Divisão Judiciárias. O futuro anteprojeto integral do Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná terá caráter integral de todas as necessidades. Entretanto, agora se antecipa o que de mais urgente é necessário criar, sob pena do descrédito da Justiça Paranaense em várias Comarcas do Estado.

2 - Há vários anos não se cria mais nenhuma Vara e Comarca no Estado e o volume de serviço vem crescendo, principalmente na área criminal. A comunidade reclama pelo fim da impunidade. Em face deste quadro, impõe-se a criação de mais cargos, Varas e Comarcas, a fim de que o Poder Judiciário possa dar uma resposta mais célere e eficaz aos jurisdicionados.

Ofício nº 636/94-K

Curitiba, 09 de agosto de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para exame, discussão e aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e dá outras providências, no qual está prevista a criação de novas Varas cíveis, criminais, de família, da Infância e da Juventude e do Juizado de Pequenas Causas, objetivando remediar a grande defasagem existente entre a demanda e a capacidade de julgamento da estrutura judiciária na Capital do Estado.

A justiça criminal, assoberbada de processos, está designando audiências com um ano e meio de prazo, o que tem motivado a prescrição de grande número de ações penais. E a justiça civil, não obstante o grande crescimento demográfico de Curitiba, está com a mesma estrutura de dez anos atrás.

O anteprojeto visa a superar essas defasagens, dotando a Capital do Estado de uma estrutura judiciária compatível com suas necessidades atuais.

Certo da atenção de Vossa Excelência e de seus dignos pares, com as expressões de meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
PRESIDENTE

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências.

Art. 1º - Os arts. 219, 223, 224, 226 e 235 da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 219 - Na Comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - trinta e cinco (35) Varas Cíveis não especializadas;
- II - oito (08) Varas de Família;
- III - uma (01) Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;
- IV - quatro (04) Varas da Infância e da Juventude;
- V - quinze (15) Varas Criminais não especializadas;
- VI - duas (02) Varas do Tribunal do Júri;
- VII - uma (01) Vara de Instrução do Júri;
- VIII - cinco (05) Varas de Delitos de

Trânsito;

IX - duas (02) Varas de Execuções Penais;

X - uma (01) Vara de Precatórias Cíveis;

XI - uma (01) Vara de Precatórias Criminais;

XII - uma (01) Vara da Auditoria da Justiça Militar;

XIII - duas (02) Varas do Juizado de Pequenas Causas;

Art. 223 - Ao Juiz da Vara de Instrução do Júri, compete processar os feitos de competência do Tribunal do Júri, até a fase de alegações finais.

Art. 224 - Aos Juizes das Varas da Infância e Juventude compete:

1ª Vara:

I - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes (art. 148, III, ECA);

II - conhecer de pedidos de guarda e tutela, e de ações de destituição do pátrio poder, perda ou modificação da tutela ou guarda, quando se tratar de criança ou adolescente em situação de risco (arts. 98 e incisos, e 148, parágrafo único, letras "a" e "b", ECA);

III - disciplinar, através de portaria, ou autorizar mediante alvará, o disposto no art. 149, da ECA;

IV - nomear os Comissários Voluntários da Infância e Juventude, da comarca, que a título gratuito prestarão auxílio a autoridade judiciária e organizar o quadro;

V - integrar a Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA;

VI - representar externamente a Justiça da Infância e Juventude;

VII - a distribuição dos feitos.

2ª e 3ª Varas:

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis (art. 148, I, ECA);

II - conhecer da remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo (art. 148, II, ECA).

4ª Vara:

I - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209 do ECA (art. 148, IV, ECA);

II - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis (art. 148, V, ECA);

III - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção a criança ou adolescente (art. 148, VI, ECA);

IV - conhecer de casos encaminhados

pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis, e enquanto não instalado esse Conselho, exercer as atribuições a ele conferidas (arts. 148, VII e 262 do ECA);

V - tratando-se de criança ou adolescente em situação de risco, nas hipóteses do art. 98, do ECA:

a) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;

b) conhecer de pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do pátrio poder;

c) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;

d) designar curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente;

e) conhecer de ações de alimentos;

f) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito (art. 148, parágrafo único, letras "c" a "h", ECA).

Parágrafo Único:

a) ao Juiz da 1.^a Vara da Infância e da Juventude compete, enquanto não instaladas as demais Varas, acumular as atribuições destas;

b) na execução das medidas de proteção ou sócio-educativas, delegadas (art. 147, ECA), será respeitada a competência definida neste artigo.

Art. 226 - Aos Juizes das Varas do Tribunal do Júri, 1.^a e 2.^a, por distribuição, compete:

I - a pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação do crime;

II - a organização e presidência do Tribunal do Júri e julgamento de todos os processos da competência respectiva, na conformidade do disposto no artigo 62, "caput", deste Código;

III - a organização e presidência de quaisquer Tribunais populares.

Art. 235 - Haverá na Comarca de Curitiba:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) quarenta e cinco (45) Escrivanias Cíveis, inclusive as especializadas;

b) vinte e sete (27) Escrivanias Criminais, inclusive as especializadas;

c) quatro (04) Escrivanias da Infância e Juventude;

d) ...

e) quatro (04) Ofícios de Distribuidor, Contador e Partidor, com as atribuições seguintes:

1.^o Ofício: Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho; Varas Criminais; Tabelionatos de Notas, de 8.^o a 12.^o; Cartórios Distritais do Boqueirão, Barreirinha,

Bacacheri, Uberaba, Santa Quitéria, Tatuquara, Portão, Santa Felicidade e Campo Comprido, com referência às escrituras; Varas Cíveis nas seguintes matérias: Falências e Concordatas; Fazenda Pública do Estado e dos Municípios, como autora, ré, assistentes ou oponente e as que dela forem dependentes ou acessórias, inclusive execuções fiscais; ações que envolvam entidades autárquicas, de economia mista e empresas públicas, Estaduais ou Municipais; Mandados de Segurança e cautelares contra atos de autoridades Estaduais e Municipais e Autarquias; Desapropriações e as demolitórias de interesse da Fazenda Pública e autarquias do Estado e dos Municípios, observando-se a competência territorial da Comarca de Curitiba.

2.^o Ofício: Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis, 1.^a a 35.^a, exceto a matéria de competência do 1.^o Ofício; das Varas de Precatórias Cíveis e Criminais; Auditoria da Justiça Militar; Tabelionatos de Notas do 1.^o ao 7.^o; Cartórios Distritais do Cajuru, Taboão, Pinheirinho, Mercês, Novo Mundo e Uberaba, com referência às escrituras; Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

3.^o Ofício: ...

4.^o Ofício: ...

f) onze (11) Comissários da Infância e da Juventude;

g) dois (02) Porteiros de Auditórios;

h) cento e sessenta e seis (166) Oficiais de Justiça;

i) oitenta e quatro (84) Auxiliares de Cartório;

j) dois (02) Escrivões das Varas do Juizado de Pequenas Causas;

l) um (01) Depositário Público;

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

....."

Art. 2.^o - As Varas da Fazenda Pública ficam incorporadas as Varas Cíveis não especializadas.

Art. 3.^o - Ficam criados vinte e seis (26) cargos de Juiz de Direito de entrância final, vinte e cinco (25) cargos de Escrivão, quarenta e cinco (45) cargos de Auxiliar de Cartório, nos quais se encontram computados mais um cargo de Auxiliar de Cartório para cada Vara Criminal, inclusive as especializadas, Auditoria da Justiça Militar e Vara da Infância e da Juventude e seis (06) cargos de Comissário da Infância e da Juventude.

Parágrafo Único - Nas Varas da Infância e da Juventude, nas Varas Criminais, inclusive especializadas e nas Varas do Juizado de Pequenas Causas haverá dois cargos de Auxiliar de Cartório, em cada uma, e nas primeiras ainda dois cargos de

Comissários da Infância e Juventude, em cada uma.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O volume de feitos nas Varas da Comarca de Curitiba é excessivo. Suficiente constatar que na área criminal os Juizes estão marcando audiência com prazo não inferior a um ano e meio, devido ao número crescente de ações penais que ingressam anualmente, o que leva, em decorrência, a um número expressivo de prescrições das ações penais. Atualmente a comunidade expressa um sentimento generalizado pelo fim da impunidade. É imprescindível, portanto, dar maior estrutura para a Justiça Criminal, criando-se mais Varas que possam dar uma pronta resposta do Poder Judiciário nesta área.

A mesma situação se verifica nas Varas Cíveis e de Família da Comarca de Curitiba, estando os Cartórios abarrotados de processos. O número de Varas Cíveis e de Família é o mesmo de dez (10) anos atrás. Constata-se, daí, uma desproporcionalidade entre o volume de serviços e o número de Cartórios e Juizes, o que é inaceitável e recomenda a criação de novas Varas dessa natureza para possibilitar uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Ofício nº 637/94-K

Curitiba, 09 de agosto de 1994.
Senhor Presidente.

Venho à presença de Vossa Excelência para encaminhar-lhe o incluso anteprojeto de lei, que altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências, objetivando a criação de mais oito cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça.

O crescente volume de processos levados a julgamento pelo Tribunal, com distribuição média de quarenta para cada Desembargador, e a necessidade, assim, de apreciação de pelo menos dois processos por dia, sem prejuízo de suas demais funções, está a reclamar um aumento na composição do Tribunal para obviar os percalços de atraso no julgamento dos feitos.

O excesso de serviço não pode nem deve justificar a demora na prestação jurisdicional.

Com a confiança de que Vossa Excelência e seus nobres pares darão ao antepro-

jeto em causa a atenção que merece, renovo-lhe as expressões de meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências.

Art. 1º - Ficam criados oito (8) cargos de Desembargador no Tribunal de Justiça.

Art. 2º - Os arts. 4º, 11, 19 e 207, inciso I, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e Jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de trinta e cinco (35) Desembargadores.

Art. 11 - O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, em Órgão Especial, em Conselho da Magistratura, em Seção Cível, em Grupo de Câmaras Cíveis e Grupo de Câmaras Criminais, em seis (6) Câmaras Cíveis Isoladas e duas (2) Câmaras Criminais Isoladas, além de uma (1) Câmara de Férias.

§ 1º - Os órgãos relacionados neste artigo, terão a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

§ 2º - O Presidente, o vice-Presidente e o Corregedor da Justiça não integrarão Câmaras ou Grupo de Câmaras.

Art. 19 - Os Grupos de Câmaras Cíveis, em número de três (3), terão a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 207 - ...

I - trinta e cinco (35) Desembargadores;

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - ...".

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

As Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça apresentam números elevados de processos em andamento. Em média são distribuídos quarenta (40) processos por mês para cada Desembargador componente de Câmara Cível, o que significa a necessidade de julgamento de dois (2) processos por dia útil, sem prejuízo das demais funções judicantes e administrativas dos Desembargadores que participam do Órgão Especial, Conselho da Magistratura e Comissões Internas.

Desse modo é indispensável a elevação do número de Desembargadores para que possam garantir aos cidadãos que buscam seu direito na Justiça um julgamento sem dilações indevidas.

A comunidade reclama por uma Justiça mais eficiente. Não é possível se admitir que um recurso fique à espera de julgamento por razões de excesso de serviço.

A Justiça morosa agride e macula a cidadania, justificando-se a criação de tais cargos para agilizar os serviços forenses em segundo grau de jurisdição.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Curitiba, 09 de agosto de 1994.
Ofício nº 638/94-K
Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para encaminhar à consideração e aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei que altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências, dispondo sobre os Juizes Substitutos de primeiro grau e criando vinte cargos de Juiz de Direito Substituto de segundo grau, obviando o deslocamento de Juizes Titulares da Comarca da Capital, para atender às necessidades de substituição do Tribunal de Alçada, o que tem ocasionado, como consequência imediata, a desorganização dos serviços judiciários da primeira instância, com prejuízo para a celeridade processual de um número cada vez maior de feitos aforados.

Essa solução foi adotada pelo Estado de São Paulo, desde 1990, com proveito para o funcionamento de seu aparelhamento judiciário.

Certo da atenção de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, renovo-lhes as expressões de meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências.

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 7.197, de 08.01.80, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - São órgãos do Poder Judiciário no Estado:

- I - Tribunal de Justiça;
- II - o Tribunal de Alçada;
- III - os Tribunais do Júri;
- IV - os Juizes de Direito;
- V - os Juizes Substitutos;
- VI - os Juizados Especiais;
- VII - os Juizes de Paz.

§ 1º - Os componentes desses órgãos são autoridades judiciárias e, dentro de sua competência, a eles estão sujeitos todos os assuntos judiciários que se suscitarem no território do Estado, qualquer que seja a natureza da ação ou a qualidade das pessoas que neles intervenham.

§ 2º - São Juizes Substitutos:

I - os de início de carreira, para substituição nas entrâncias inicial e intermediária, com sede na comarca que encabeçar a respectiva Seção, nomeados mediante concurso, nos termos dos arts. 42 a 45, com a competência definida nos artigos 46 e 47;

II - os de entrância final, para substituir nas comarcas dessa categoria, nelas sediados, promovidos entre os de entrância intermediária, observado o disposto no inciso 3º, do art. 41;

III - os de substituição em segundo grau, classificados na entrância final, para substituir membros dos Tribunais, com preenchimento mediante remoção, entre os titulares de Vara:

a) a designação será feita pelo Presidente do Tribunal de Justiça, cabendo ao Presidente do Tribunal de Alçada, quando for o caso, a respectiva solicitação;

b) o Juiz Substituto em segundo grau, durante a substituição, terá a mesma competência atribuída ao substituído, exceto em relação às matérias administrativas.

§ 3º - Em regime de exceção decretado pelo Órgão Especial em virtude do acúmulo de processos, os juizes substitutos de segundo grau poderão ser convocados para auxiliar mediante a atribuição de processos certos.

§ 4º - Os Juizes Substitutos de 2º grau gozarão de férias coletivas, exceto quando convocados".

Art. 2º - São criado vinte (20) cargos de Juiz de Direito Substituto em segundo

grau, para preenchimento a critério do Órgão Especial, de acordo com as necessidades.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A criação dos cargos de Juiz de Direito Substituto em segundo grau objetiva solucionar a situação decorrente das convocações dos Juizes Titulares das Varas de Curitiba para substituírem no Tribunal de Alçada.

Atualmente existem em média de dezoito (18) a vinte (20) Juizes da Capital convocados em regime de substituição, com evidentes prejuízos aos serviços das Varas das quais são titulares, posto que os Juizes Substitutos da Capital são obrigados, não raras vezes, a atender duas ou três Varas simultaneamente.

O fracionamento dos trabalhos dos Juizes titulares acarreta uma descontinuidade perniciosa na condução dos serviços inerentes à vara, sendo imprescindível que o Juiz permaneça à frente desta por vários meses ininterruptos para poder desenvolver um bom trabalho, maximizando os meios para poder prestar uma justiça célere e eficiente.

Cumprе salientar que os Juizes do Tribunal de Alçada e os Senhores Desembargadores, dado ao excesso de feitos para análise e julgamento, são obrigados a tirar licença especial prevista em lei para manter os serviços em ordem, decorrendo daí as convocações dos Juizes Titulares das Varas da Capital.

Desse modo, com a criação dos cargos de Juizes de Direito Substitutos em segundo grau, o problema será de vez equacionado, tal como ocorreu no Estado de São Paulo, que adotou solução idêntica desde o ano de 1990, com excelentes resultados.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 214/94, Mensagem Governamental n° 050/94, de autoria do Poder Executivo, item 06 (seis), constante na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 1890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 152/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, item 05 (cinco), da Ordem do Dia de hoje por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Paulo Maia.

REQUERIMENTO N° 1886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, votação em bloco para as Proposições de Veto n°s. 047/94, aposto ao Projeto de Lei n° 218/92, 078/94, aposto ao Projeto de Lei n° 244/93, itens 1 e 2, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Renato Xavier da Silva, ocorrido dia 09 de agosto, em Curitiba.

O Dr. Renato, era uma pessoa muito estimada e de grandes amizades, que deixa sua esposa a Sra. Carmem Xavier da Silva e seu filho Olisses Xavier da Silva enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, em nome de sua esposa e filho, sito à Rua Pasteur, 375, apto. 051, Batel - N/Capital.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto

de pesar pelo falecimento da Sra. Zenilda de Oliveira Ferraz, ocorrido dia 17 de julho, em Ponta Grossa.

Pessoa de grandes amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Família enlutada, à Rua H, nº 44, Núcleo 31 de Março, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Ferreira de Siqueira, ocorrido dia 16 de julho, em Ponta Grossa.

A Sra. Maria, com seu óbito, deixará amigos e parentes enlutados e com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Família enlutada, à Rua Paraíba, 19, Bairro de Olarias, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 280/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, a área de terras constituída pelo lote urbano nº 03 (três) da quadra 6-A, com 800 m² (oitocentos metros quadrados), com a respectiva edificação, localizadas no referido município, havidas por doação através de escritura pública lavrada no livro nº 5, às fls. 187/189, das Notas do Tabelionato de Marmeleiro, em 09 de julho de 1968.

§ 1º - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo, após a necessária ampliação, será destinado a abrigar novo Posto de Saúde, com atendimento médico e dentário.

§ 2º - Fica o referido imóvel gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em data de 09 de julho de 1968, a Prefeitura Municipal de Marmeleiro efetuou a doação ao Estado do Paraná do imóvel acima

descrito, para a instalação provisória do Posto de Saúde.

Entretanto, há mais de dez anos o Posto de Saúde foi transferido para outro imóvel, também do município, sendo que o bem ora solicitado encontra-se desocupado.

A Prefeitura Municipal necessita da doação, a fim de realizar obras de ampliação no prédio edificado no imóvel, que será utilizado para novas instalações de Posto de Saúde, com atendimento médico e dentário para a população carente do município e região.

PROJETO DE LEI Nº 281/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Promoção Humana do Paraná - IPROHPAR, com sede e foro na Cidade de Apucarana - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Promoção Humana do Paraná - IPROHPAR é uma entidade filantrópica sem finalidade lucrativa, com sede e foro na Cidade de Apucarana à Rua Elídio Stábile S/N, inscrita no CGC/MF sob o nº 78.300.472/0001-57 que está em pleno e regular funcionamento desde 26.08.84 quando foi fundado.

Tem como principais finalidades a implantação e desenvolvimento de um programa de saúde popular e de um centro de treinamento e formação de agente de saúde popular.

O IPROHPAR se propõe também a atender crianças e adultos de ambos os sexos, sem distinção alguma quanto a raça, cor, condições sociais, credo político ou religioso.

Esta entidade, como todas as demais de cunho filantrópico, para se manterem, dependem dos subsídios de órgãos governamentais, e para tanto dependem da declaração estadual de Utilidade Pública.

Diante das nobres finalidades que possui a presente entidade, solicito aos nobres Pares deste Poder Legislativo o apoio para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 282/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola

Especial "Avelino Antonio Vieira", com sede e foro na cidade de Siqueira Campos - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siqueira Campos, sita à Av. Joaquim Antonio de Carvalho nº 476, com sede e foro naquela cidade já é reconhecida de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 423/87. A mesma entidade possui registro no Conselho Nacional de Serviço Social sob nº 23025.005064/87 e inscrita no CGC/MF nº 78.595.857/0001-99.

É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e que possui em seus estatutos, entre outras finalidades, as de promover o bem-estar, a proteção, o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem e estimular os estudos e pesquisas relativas aos problemas dos excepcionais.

Todos conhecemos as dificuldades que as entidades de cunho social enfrentam para se manterem, pois as mesmas somente podem receber subsídios de órgãos governamentais desde que sejam devidamente reconhecidas de Utilidade Pública.

Portanto, diante das nobres finalidades da entidade em questão, solicito aos nobres pares, com assento neste Poder Legislativo, o necessário apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 283/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a alínea "a" do artigo 4º da Lei nº 10.704 de 10 de janeiro de 1994.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento: Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Doutor Rosinha, Elio Rusch, Heinz Herwig e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a revogação da alínea "a" do referido projeto de lei, a qual requer comprovação de escolaridade de 2º grau para o cargo de Suplente de Delegado, considerando-se que a complexidade desta função não chega a exigir tal nível de formação escolar, tratando-se inclusive de um cargo de confiança.

PROJETO DE LEI Nº 284/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação de Lesões Láblio-Palatais - ARLEP, com sede e foro na cidade de União da Vitória - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Reabilitação de Lesões Láblio-Palatais do Vale do Iguaçu foi fundada em 21 de fevereiro de 1985 com sede e foro na cidade de União da Vitória, à Rua Carlos Cavalcanti nº 89 - 1º andar sala 6. É uma entidade com fins filantrópicos e destinada a prestar assistência a fissurados lábio-palatais sem distinção de raça, credo político ou religioso, ou condição sócio-econômica, buscando facilitar-lhes o acesso ou continuidade de tratamento em hospital especializado.

Atualmente, oferece em sua sede os serviços de fonoaudiologia, nutricionismo, encaminhamentos e orientações. Além disso, encaminha os pacientes da região ao Hospital de Reabilitação de Bauru, a fim de receberem tratamento médico, cirúrgico, ortodôntico, odontológico, aconselhamento genético e outros.

Diante das nobres finalidades a que se propõe a presente entidade, solicito aos nobres Pares deste Poder Legislativo o necessário para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 285/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Anne Sullivan, com sede e foro de Guarapuava - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da cidade de Guarapuava, fundada em 27 de agosto de 1981, tem prestado relevantes serviços à comunidade no atendimento ao excepcional. Foi com esta preocupação que fundou-se a Escola Anne

Sullivan onde são atendidos os alunos com deficiência mental.

A APAE de Guarapuava tem por finalidades precípuas:

- a) promover o bem-estar e o ajustamento social das crianças excepcionais, onde quer que se encontrem;
- b) estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais;
- c) manter classes de crianças excepcionais, visando a execução de suas finalidades.

O relatório anexo ao presente projeto de lei dá uma dimensão maior do atendimento prestado pela APAE de Guarapuava e mostra o merecimento da declaração de Utilidade Pública para que a Entidade tenha condições de receber ajuda financeira dos órgãos públicos.

Pedimos, portanto aos nobres Pares com assento neste Poder Legislativo o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 286/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especializada "Cantinho Feliz", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul - Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da cidade de Jandaia do Sul, com sede à Rua Dr. Clementino S. Puppi n° 253 está em pleno e regular funcionamento desde 22 de junho de 1973, tem prestado relevantes serviços à comunidade no atendimento ao excepcional.

Com esta preocupação foi fundada a Escola Especializada Cantinho Feliz onde são atendidas crianças com deficiências mentais.

Destacamos como objetivos principais da APAE de Jandaia do Sul:

- a) proporcionar ao educando com deficiência, atendimento adequado às suas necessidades específicas, possibilitando-lhes viver integrado na comunidade e sociedade;
- b) orientar as famílias quanto ao tratamento, visando sua cooperação e aceitação da deficiência, bem como oportunizar participação das mesmas em campanhas de esclarecimentos e informações sobre o

problema;

c) proporcionar ao deficiente mental condições ao desenvolvimento de suas potencialidades e preparação profissional.

A APAE tem como objetivo congrega, solidarizar a comunidade em torno de um ideal - a educação da criança excepcional - amparando-a em seus interesses, aspirações materiais e espirituais.

O relatório em anexo ao presente projeto de lei dá uma dimensão maior do atendimento prestado pela APAE de Jandaia do Sul e mostra o merecimento da declaração de Utilidade Pública ora solicitada para que a entidade tenha condições de receber auxílio financeiro dos órgãos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente e não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PT. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta semana estive ocupando esta tribuna, quando fiz uma análise dos meios de comunicação e sua parcialidade nas eleições para Presidente da República.

Este comportamento, que eu diria, não somente parcial, mas imoral, principalmente da mídia eletrônica, não se limita somente a ela nesse período eleitoral. Sabemos que a elite brasileira é um grande setor da "direita", aliada a esta elite, teme a chegada de um partido democrático, de um partido como o Partido dos Trabalhadores que deseja atender a maioria da população e transformar este País, não num País de miseráveis que é hoje, mas num País de cidadãos.

Essa "direita" não satisfeita com o comportamento parcial, vai às fábricas, vai às grandes cidades, nas esquinas e distribui material como sendo ficha de filiação ao Partido dos Trabalhadores e através dessa ficha, tenta denegrir, tenta destruir a imagem do Partido dos Trabalhadores.

Durante o final de semana passado, estive em Apucarana e verifiquei que uma ficha chamada de "filiação ao Partido dos Trabalhadores" era distribuída no comércio e na porta das fábricas na Cidade de Apucarana. Chegando aqui em Curitiba, estava sendo distribuída na esquina das ruas Marechal Deodoro e Marechal Floriano, ficha semelhante àquela distribuída em Apucarana, que tenta destruir toda a imagem do nosso Partido.

Diz, em alguns pontos desta ficha, para os Senhores Deputados tomarem conhecimento:

PARTIDO DOS TRABALHADORES
DIRETORIO CENTRAL
FICHA DE FILIACAO AO PARTIDO

10-05 -2-

- 1) NOME
ALCUNHA
- 2) LOCAL DE NASCIMENTO:

<input type="checkbox"/> FAVELA	<input type="checkbox"/> NO MATO	<input type="checkbox"/> FILA DO INSS
<input type="checkbox"/> SOE VIADUTO	<input type="checkbox"/> PONTILHAC	<input type="checkbox"/> ZONA DO MERETRICIO
- 3) ESTADO CIVIL:

<input type="checkbox"/> TRAIDO	<input type="checkbox"/> LARGADO	<input type="checkbox"/> BIGAMO
---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------
- 4) PROFISSAO:

<input type="checkbox"/> DESEMPREGADO	<input type="checkbox"/> TROMBADINHA	<input type="checkbox"/> TROMBADO
<input type="checkbox"/> TRAFICANTE	<input type="checkbox"/> AGITADOR	<input type="checkbox"/> SEM TETO
<input type="checkbox"/> INDIGENTE	<input type="checkbox"/> INVASOR	<input type="checkbox"/> SEM TERRA
- 5) FILIACAO:
 PAI ☐ NAO SABE
 MAE NOME DE GUERRA
- 6) PROFISSAO DO PAI (SE SOUBER QUEM E)

<input type="checkbox"/> GREVISTA	<input type="checkbox"/> GUARDADOR DE CARROS
<input type="checkbox"/> JOGADOR DE CAXETA	<input type="checkbox"/> SEQUESTRADOR
<input type="checkbox"/> ASSALTANTE	<input type="checkbox"/> CAGUETA
<input type="checkbox"/> PAGODEIRO	<input type="checkbox"/> PIQUETEIRO
<input type="checkbox"/> INVASOR	<input type="checkbox"/> TERRORISTA
<input type="checkbox"/> CACHACEIRO	<input type="checkbox"/> TODAS AS RESP. ANTERIORES

É uma ficha distribuída visando única e exclusivamente, destruir o Partido dos Trabalhadores.

Nós do PT, vamos solicitar ao Tribunal Regional Eleitoral, que abra inquérito e apure as responsabilidades de quem mandou confeccionar esse tipo de ficha, coisa que achávamos que não existia mais no atual momento político brasileiro. Achávamos que esse tipo de comportamento era próprio de quando existia o comando de caça aos comunistas na época da ditadura, distribuíam-se documentos anônimos, cartas ameaçadoras, fichas para destruir os chamados "partidos comunistas" de então.

Agora, após a CPI de Collor, a CPI do Orçamento no qual envolve quase todos os partidos, ficando alguns fora, é lógico, mas envolvendo inúmeros parlamentares da "direita", inúmeros corruptos, esperava-se que a consciência política da população e principalmente da "direita" e da burguesia e da elite brasileiras, tivessem tomado consciência de que esse tipo de prática é abominável e que ela não existiria mais. Mas entendemos que esse pessoal, após analisar esse tipo de comportamento, terá ainda que sofrer alguma desmoralização pública, como, no caso, a polícia abrir inquérito e apurar as irregularidades e punir os responsáveis por isso é inconcebível no atual momento. Esperávamos que

todos os setores da sociedade tivessem ética na política, mas, parece, que não há ética na política e nem na moral e nem no comportamento.

Por isso desejamos que a Polícia Federal apure e puna os responsáveis por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está findo o Horário das Lideranças. O Deputado Antônio Annibelli pede para registrar a presença do Prefeito de Mallet Sr. Cesar.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 635/94-K, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que altera a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e dá outras providências, objetivando a criação de mais Varas e novas Comarcas no interior do Estado, de modo a atender, na medida do possível, o enorme atraso existente entre as necessidades e a capacidade da estrutura

judiciária, que há vários anos permanece estática no que toca à implantação de novos órgãos de prestação jurisdicional. À **Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício n° 636/94-K, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que altera a Lei n° 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e dá outras providências, no qual está prevista a criação de novas Varas Cíveis, Criminais, de Família, da Infância e da Juventude e do Juizado de Pequenas Causas, objetivando remediar a grande defasagem existente entre a demanda e a capacidade de julgamento da estrutura judiciária na Capital do Estado. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 637/94-K, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que altera a Lei n° 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências, objetivando a criação de mais oito cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça. À **Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício n° 638/94-K subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que altera a Lei n° 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências, dispondo sobre os Juizes Substitutos de primeiro grau e criando vinte cargos de Juiz de Direito Substituto de segundo grau, obviando o deslocamento de juizes titulares da comarca da Capital para atender às necessidades de substituição do Tribunal de Alçada, o que tem ocasionado, como consequência imediata, a desorganização dos serviços judiciários da primeira instância, com prejuízo para a celeridade processual de um número cada vez maior de feitos aforados. À **Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projetos de lei em n° de 05 (cinco), de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 214/94, constante na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 047/94, aposto ao Projeto de Lei n° 218/92; 078/94, aposto ao Projeto de Lei n° 244/93, itens 01 e 02, constantes na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência e votação de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, acima aprovado:

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 050/94, que altera dispositivos da Lei n° 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização da coordenação da receita do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 76 de 14.06.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 214/94

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental de um modo geral pretende fornecer uma delegação de poderes, fugindo, entretanto ao parâmetro do art. 72, parágrafo 2° da Carta Estadual.

Em aprová-la, da forma como foi apresentada estaria caracterizado a abdicação das prerrogativas legislativas inerentes a Assembléia Legislativa.

Por outro lado, a Mensagem conflita com o Art. 21 da Lei n° 7.051/78, quando trata do provimento da classe inicial dos Fiscais AF-1.

Ora, percebe-se no âmbito desta Comissão que a forma jurídica pretendida pelo Executivo não é a mais eficaz para mister. Perceberemos ao analisar a nova proposta de redação ao Art. 10° da Lei 7.051/78, fica eliminado o inconveniente da delegação de poderes, que macula a Mensagem original, mantendo, todavia, incólume o âmago do Projeto que é possibilitar o provimento do Cargo em Comissão de Auxiliar Técnico "D", pelo Agentes Fiscais ocupantes da série de classes de AF-2.

A Mensagem também adentra pela revogação do Art. 95 da citada Lei n° 7.051/78, que limita a cota de produtividade dos Agentes Fiscais.

Ora, todos sabemos que a arrecadação do Estado é sazonal, "ipso facto" acarretando o mesmo princípio para o ordenamento fiscal. Com isso, fica o administrador financeiro com liberdade de cotas em uns meses e com dificuldade de avançar em outros meses em função desse limitador numérico. A elasticidade de comportamento de quem comanda está diretamente ligada a sua capacidade e os dois princípios como elementos referenciais.

Pretender inviabilizar comportamentos funcionais na suspeita da possibilidade de comportamentos sociais imorais é falta de imaginação.

A revogação pura e simples do art. 95, como pretende a Mensagem deixaria sem nenhum limite a percepção do prêmio de produtividade.

A redação proposta, entretanto, permitirá que se administre o pagamento do prêmio na exata proporção do que for produzido, pelo Agente Fiscal mas sempre dentro de um razoável limite previamente estabelecido.

No tocante à Emenda do Deputado Anibal Khury, salutar no sentido de reparar uma injustiça de mais de dez anos a muitos servidores do nosso Estado, esbarra na proibição constitucional, do Art. 68, inciso I da C.E. pois não é admitido aumento de despesa prevista nos Projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado. Entretanto poderá ser recebida como Emenda Aditiva de caráter apenas autorizatório, conforme substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 09.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

PROJETO DE LEI N° 214/94
SUBSTITUTIVO GERAL

D E C R E T A:

SÚMULA: Altera dispositiva da Lei n° 7.051/78

Art. 1° - Os Arts. 10 e 95 da Lei n° 7.051/78 passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 10 - Os cargos de provimento em comissão destinam-se a atender encargos de gerência, chefia ou assessoramento.

§ 1° - A nomeação para provimento de cargos em comissão será da escolha do Chefe do Poder Executivo entre os funcionários do Grupo Ocupacional "TAF", em efetivo exercício, exceto o de Consultor Técnico.

§ 2° - Os cargos em comissão privativos do Grupo Ocupacional "TAF", serão providos por funcionários da série de classes AF-1, exceto o de Auxiliar Técnico "D" também poderá ser ocupado por funcionários de série de classes AF-2.

§ 3° - A posse em Cargo em Comissão

determina o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal comprovada.

Art. 95 - O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar o valor estabelecido na Resolução de que trata o Artigo 93".

Art. 2° - Ficam revogados os parágrafos únicos dos arts. 43, 124 e 125.

Art. 3° - Fica o Poder Executivo autorizado a enquadrar na classe "D", da mesma série de classes os funcionários ocupantes de cargos da série de classes de Agentes Fiscal, nível 4, classe A, B e C, ativos, ou que tenham sido inativados nestes cargos.

Parágrafo Único - O Poder Executivo mediante Decreto, fixará o vencimento básico da série de classes de que trata este "art.", num prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua publicação.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, João Iensen, Plauto Miró Guimarães, Paulo Maia, Ernani Pudell, José Arthur Ritti, Namir Piacentini.

PROJETO DE LEI N° 214/94
EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei n° 214/94, o seguinte artigo, com o Parágrafo Único:

Artigo ... - Os funcionários ocupantes de cargos da série de classes de Agente Fiscal, nível 4, classe A, B e C, ativos, ou que tenham sido inativados nestes cargos são enquadrados na classe D, da mesma série de classes.

Parágrafo Único - O Poder Executivo mediante Decreto, fixará o vencimento básico da série de classes de que trata este artigo, num prazo de 30 (dias) a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, Erondy Silvério, Toti Colação, João Preis.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 7051/78, concebida como instrumento de gerência e para disciplinar as relações jurídicas dos funcionários da Coordenação da Receita do Estado CRE, ao longo de sua existência, face a fatos su-

pervenientes, desprivilegiou algumas séries de classes e excepcionalmente a de Agente Fiscal, nível 4, AF-4;

Esta série de classes abrigaria primeiramente 321 funcionários, cujas tarefas a eles cometidas seriam as de exercer funções fis-arrecadoras em caráter supletivo às séries de classes de AF-1, AF-2 e AF-3. Na prática, tal premissa não espelhou a realidade a grande maioria dos funcionários da série de classes de AF-4 foram lotadas em Postos Fiscais e Agência de Rendas (art. 131 - Lei 7051/78).

Dois fatos tiveram relevância fundamental para distorcer a concepção original daquele quadro.

Poucos antes da edição da Lei 7051/78, 200 funcionários Fiscais Fazendários foram readaptados para Administradores Tributários com a referida Lei e os Fiscais Tributários independentemente de escolaridade foram enquadrados nas séries de classes de AF-2 e AF-3 (art. 138, § 1º). Assim, quem não foi readaptado ex-officio, hoje permanece nas classes finais das séries de AF-2 e AF-3.

Por outro lado, os funcionários Fiscais Tributários nível 18, que não obtiveram vagas na série de classes de AF-3, em número de 184, foram também compor a série de AF-4.

Nesta série de classes ocuparam os primeiros lugares por enquadramento os Fiscais Tributários nível 18 e depois os Administradores Tributários readaptados. Isto obrigou uma classificação inferior daqueles que originariamente iam compor aquela série de classes.

Note-se agora, 2 (duas) violências ainda não corrigidas:

Fiscais Tributários nível 18 foram enquadrados como AF-3 e tiveram promoções normais;

Fiscais Tributários nível 18 foram enquadrados como AF-4D, numa série de classes em extinção e jamais puderam ser promovidos. Adite-se aqui, que todos os de nível 18, antes da Lei 7051/78 tinham a mesma remuneração.

Logo na edição da Lei 7051/78, o vencimento das diferentes séries de classes eram fixadas em relação àquele atribuído ao Diretor da CRE. AF-3 a AF-4D tinham o mesmo percentual de remuneração. Esta situação permaneceu durante 6 anos. Hoje, em relação ao Diretor da CRE, o AF-3A, tem 47% de remuneração e o AF-4C, 26%, é evidente o prejuízo.

Por outro lado, aqueles Fiscais Tributários, que em consequência deixaram de ser enquadrados nas séries de classes de AF-2 e AF-3, para ocuparem o de AF-4, procuraram a prestação jurisdicional e obtiveram declaração de nulidade de ato jurídico, tornando nulo o enquadramento na sé-

rie de classes de AF-4 e foram classificados nas AF-2 e AF-3.

Ora, o raciocínio é lógico:

a) Aqueles Fiscais Tributários nível 18 que não foram enquadrados na série de classes de AF-3 e ocuparam a de AF-4, teriam direito a mesmo tratamento à medida em que vagas fossem se abrindo. E elas o foram em número mais que suficiente;

b) As vagas ocupadas pelos Fiscais Tributários readaptados que lograram êxito com a declaração de nulidade de ato jurídico não foram redistribuídos entre aqueles classificados anteriormente. É evidente o prejuízo.

Igual quantidade de funcionários da série de classes de AF-4, àqueles readaptados, têm direito a melhor enquadramento desde a data da Lei 7051/78.

Tal situação merece e deve ser atendida de higiene em política de pessoal. Reconhecido o prejuízo, e a preterição, aos homens públicos responsáveis, justos e honestos, não resta alternativa. O comando para que se corrija esta situação é imperativo de justiça e de consciência.

A Emenda e o Substitutivo Geral serão apreciados em 2ª Discussão.

Em discussão o projeto.

Em votação. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Paulo Maia, solicitando inversão da Ordem do Dia, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que altera o artigo 1º quanto ao nome do município, da Resolução 005/92, de 25 de março de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do município que passa a denominar-se Rio Novo do Paraná, desmembrado do Município de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 81, de 21.06.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/94

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução nº 016/94, de autoria do nobre Deputado Estadual Edson Silva Lino, objetiva alterar o artigo 1º, da Resolução 005/92 de 25/03/92, o qual autoriza a realização de plebiscito para a criação do município, que consta como Rio Novo, para denominar-se de "Rio Novo do Paraná", desmembrado do Município de Reserva.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, verificamos estar

correta no seu aspecto legal, constitucional e regimental, emitindo parecer favorável ao proposto.

Portanto, somos favoráveis à sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e nove (29) Senhores Deputados responderam à chamada. Há quórum para deliberação e prosseguimento da Sessão.

Está em votação o Projeto de Resolução nº 16/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino.

Em discussão.

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que torna obrigatória a vacinação contra a rubéola, para ingresso de crianças em creche de 1º grau, adolescentes e adultos no 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 51, de 04.05.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 152/94

P A R E C E R:

A proposição supra, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, torna obrigatória a vacinação contra rubéola, para ingresso de crianças em creche, e estudantes em 1º, 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos para ingresso em trabalho onde haja contato direto com crianças.

O plano de lei em exame está em consonância com o Art. 53, inciso XVI da Constituição Estadual, bem como observa os aspectos legal, jurídico e de técnica le-

gislativa, pelo que emitimos parecer favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 152/94

P A R E C E R:

De autoria da ilustre Deputada Emilia Belinati, o projeto de lei em tela, tem por finalidade tornar obrigatória a vacinação contra a rubéola, para ingresso de crianças em creche e 1º grau, adolescentes e adultos no 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança.

No âmbito desta Comissão Técnica, verificamos tratar-se de proposta de relevante interesse social, ressaltando a preocupação da autora, no sentido de tentar prevenir as deficiências advindas pela doença, através da vacinação obrigatória nos casos que especifica.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 152/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei visa tornar obrigatória a vacinação contra a rubéola para o ingresso de crianças em creche e 1º grau, adolescentes e adultos no 2º grau e 3º graus. Bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública posicionaram-se favoravelmente à aprovação deste.

Esta Comissão de Educação, através de seu relator, posiciona-se igualmente favorável, já que é dever do Estado e direito do cidadão ter assegurado sua saúde. Além do que, vemos na medida a enaltecida intenção de reduzir drasticamente o número de crianças portadoras de deficiência auditiva, visual e tantas outras malformações.

Nestas condições, é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur,

com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 152/94.

ITEM 04

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. COM EMENDA da C.C.J.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2.^a DISCUSSÃO.**

Com emenda da C.C.J.. Neste turno estaremos apreciando apenas a emenda já aprovada 2.^a Discussão. São duas emendas:

Emenda n° 01, de autoria do Deputado Durval Amaral.

Em discussão..

Em votação. **Aprovado a emenda.**

Emenda n° 02, de autoria do Deputado Ernani Pudell.

Em discussão.

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1° Secretário, Anibal Khury, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É realizada a chamada nominal)

Responderam à chamada 18 (dezoito) Senhores Deputados.

Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 078/94. Veto apostado ao Projeto de Lei n° 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos porta-

dores de excepcionalidade. COM RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT n° 299/93.

Curitiba, 15 de outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 275/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 244/93, por julgá-lo contrário aos superiores interesses públicos, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo impor a obrigatoriedade às escolas da Rede Oficial de Ensino do Estado, de se equiparem com salas de aula especiais, destinadas ao atendimento de menores portadores de excepcionaisidades, dispondo, ainda, que caberá à Secretaria de Educação a escolha dos estabelecimentos de ensino, em cada região do Estado, para a implantação de tais salas de aula, observando a situação e as condições do estabelecimento, a facilidade de acesso e a existência de local adequado para a acomodação dos excepcionais.

O plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento face à maneira ampla e genérica em que apresenta a questão, o que inviabiliza totalmente sua aplicabilidade. Em primeiro plano deve-se considerar que há várias formas de deficiências, dentre as quais, e mais comumente, destacam-se a física, a auditiva, a motora e a mental, portanto, de nada adiantaria somente a oferta de salas especiais destinadas ao atendimento de alunos portadores de tais deficiências, nem, tampouco, caberia à Secretaria de Educação a escolha dos estabelecimentos, em cada região do Estado, a sediarem ditas salas de aula especiais, pois tal medida não poderia relacionar-se com esta ou aquela região, mas sim com o grau de necessidades locais, em função da demanda existente.

Cabe aqui esclarecer que o veto à medida proposta não significa despreocupação do governo em relação ao menor deficiente, ao contrário, preservando o espírito de atendimento e amparo que lhe é devido, e no intuito de induzir sua socialização, através do convívio com alunos normais, o Estado, através da Secretaria de Educação, vem integrando-os às escolas de Ensino Regular, onde dispõe de estrutura adequada a cada tipo de deficiência, tais como: Centros de Atendimento Especializados, Classes Especiais e Salas de Recursos, dispondo, ainda, de inúmeros programas específicos destinados aos deficientes mentais.

Vale também ressaltar que já está em fase de implantação um programa direcionado ao aluno portador de distúrbios emocionais. Além das diversas modalidades, antes mencionadas, que integram Escolas de Ensino Regular, cabe também informar que existe em funcionamento no Estado, duzentas e quarenta e uma escolas especiais autorizadas, dentre as quais, duzentas e vinte e três são conveniadas com a Secretaria de Estado da Educação, de cujo órgão lhes são repassados recursos, professores especializados e o necessário material didático.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 244/93, encontra-se publicado no D.A. n° 74/93, de 08.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 78/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela, traz Veto apostado ao Projeto de Lei n° 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade.

A negativa governamental foi proferido dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, a referida Proposição, está em condições de ser apreciada pelo duto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) BRONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 047/94, Veto Apostado ao Projeto de Lei n° 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícias do Estado, para prestar atendimento aos acusados, às vítimas e seus familiares, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

Ofício DTL/SAT n° 142/94.

Curitiba, 06.06.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 116/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do dis-

posto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 218/92, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, o serviço de psicologia e o serviço social de segurança, junto às Delegacias de Polícia, para prestar atendimento aos acusados, às vítimas e seus familiares. Para tanto, prevê a criação de Quadros próprios de Psicologia e de Serviço Social, vinculados diretamente ao Gabinete da Polícia Civil, a serem preenchidos mediante concurso público por profissionais das respectivas áreas.

Ainda que louvável a preocupação do autor, considerando a importância da matéria tratada, não pôde merecer sanção face à flagrante inconstitucionalidade, eis que contraria os mandamentos do art. 66 e seus incisos, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador iniciativa privativa para a propositura de leis que disponham sobre tais matérias. Agrava-se ainda mais a inconstitucionalidade apontada por conflitar, também, com a norma do art. 169, da Magna Carta Federal, que prevê a necessidade da existência de dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Não bastasse, o questionado plano, em seus artigos 3° e 7°, refere-se à criação de Quadros Próprios de Psicólogos e de Assistentes Sociais, respectivamente, na esfera da Segurança Pública. Ocorre que, para efetivação de tal procedimento, haveria necessidade da alteração tanto da Lei Complementar n° 14/82 (Estatuto da Polícia Civil), como do Decreto n° 4.884/78 (Regulamento da Polícia Civil), visto que os mesmos não prevêm tais carreiras.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 218/92, encontra-se publicado no D.A. n° 115/92, de 13.08.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 047/94

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da proposição de veto n° 047/94 apostado ao Projeto de Lei n° 218/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar

atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, para prestar atendimento aos acusados, às vítimas e seus familiares, conforme específica.

Sendo assim, é o parecer deste Relator.

Sala das Comissões, em 28.06.94
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1887 a 1889, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprova-**
dos. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora re-

gimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 047 e 078/94.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/94
e do Projeto de Resolução n° 016/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 210, 238, 242, 265 e 266/94.

Levanta-se a sessão.